



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que a Universidade Federal do ABC apresente, em até 15 dias, explicações sobre os gastos de R\$ 4,5 milhões destinados à organização do acervo documental privado do presidente Lula (PT). A decisão foi assinada nesta terça-feira (19/5) e dá prosseguimento à investigação sobre um contrato firmado entre a instituição e a Casa Civil da Presidência.

A Corte exigiu que a universidade forneça informações detalhadas sobre a execução do contrato, que prevê a manutenção, digitalização e guarda dos documentos. Foram exigidas a metodologia utilizada para definir os custos do projeto, a memória de cálculo, pesquisas de preços, gastos indiretos e justificativas técnicas para o valor global.

“Autorizar a realização de diligência junto à Universidade Federal do ABC, com fundamento no art. 157 do RITCU, para que, no prazo de quinze dias, se pronuncie sobre os indícios apontados na instrução da Unidade Técnica”, diz trecho da decisão obtida pela coluna, relatada pelo ministro Walton Alencar Rodrigues.

A Corte também pediu esclarecimentos sobre a equipe envolvida, os contratos já realizados ou planejados, os valores já gastos e o estágio atual das atividades de transferência, triagem, higienização, digitalização e guarda do material.

A decisão ocorre após apresentação feita pelo deputado

TCU cobra explicações após Lula destinar R\$ 4,5 milhões a universidade para montar acervo pessoal

Ricardo Stuckert/Presidência da República

federal Ubiratan Sanderson (PL) no tribunal. O parlamentar questionou o uso de recursos públicos no projeto, executado por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado entre a Casa Civil da Presidência da República e a Universidade Federal do ABC.

No despacho, Walton afirmou haver “plausibilidade jurídica” nos questionamentos apresentados, especialmente em relação à economicidade da contratação.

Apesar de determinar o aprofundamento da fiscalização, o TCU negou o pedido para suspender imediatamente o contrato. O tribunal avaliou que não estão presentes os requisitos para a concessão de medida cautelar, porque o projeto já se encontra em estágio avançado de execução financeira.

Casa Civil responde

A investigação apura o TED firmado entre a Casa Civil e a Fundação Universidade Federal do ABC. O contrato prevê a aplicação de recursos em serviços como organização, tratamento técnico, digitalização, transporte e guarda provisória do acervo.

O material reúne documen-



Dácio Roberto Matheus, reitor da UFABC, em evento com o presidente Lula

tos, fotos, vídeos e outros itens acumulados ao longo da trajetória política de Lula e ficará armazenado em São Bernardo do Campo (SP). A cidade é o berço político e reduto histórico do petista.

A assessoria de imprensa da Casa Civil afirmou que a medida está amparada na legislação vigente. Segundo o órgão, “a preservação dos acervos documentais privados de ex-presidentes da República é uma política de Estado prevista na Lei nº 8.394/1991. Esses acervos são considerados de

interesse público e integram o patrimônio cultural brasileiro”.

Reitor é aliado de Lula

A investigação atinge uma universidade cujo comando mantém proximidade política com o presidente Lula. Em março deste ano, durante cerimônia em homenagem póstuma ao ex-presidente uruguaio Pepe Mujica, o reitor da Universidade Federal do ABC, Dácio Roberto Matheus, fez críticas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) diante de Lula e ministros do governo federal.

Na ocasião, Dácio afirmou que, após 2016, as universidades públicas sofreram “cortes orçamentários” e “ataques diretos” ao ensino e à pesquisa. “Sobrevivemos à pandemia e ao pandemônio”, declarou o reitor, em referência ao governo Bolsonaro.

O dirigente da UFABC também ressaltou a relação de Lula com a universidade ao lembrar que a proposta de conceder o título de Doutor Honoris Causa a Mujica surgiu após sugestão do petista, em seminário realizado em 2015.

Operação Lava Jato

O acervo presidencial de Lula já esteve no centro de investigações da Operação Lava Jato. Em 2017, o empresário Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula, confirmou ao então juiz Sergio Moro que a empreiteira OAS pagou pelo armazenamento dos materiais do petista em um depósito da transportadora Granero.

Segundo as investigações da força-tarefa, a OAS desembolsou cerca de R\$ 1,3 milhão para custear o armazenamento dos bens entre 2011 e 2016. O Ministério Público Federal (MPF) apontava o pagamento como suposta vantagem indevida ao ex-presidente.

A defesa do petista sustentou que o acervo possui interesse histórico e cultural. Paulo Okamoto e Lula foram absolvidos no processo.

PT diz ao STF que Lei da Dosimetria pune roubo de celular com mais rigor que tentativa de golpe

O PT e partidos aliados afirmaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a Lei da Dosimetria faz com que um condenado por roubo de celular permaneça mais tempo preso em regime fechado do que alguém condenado por tentativa de golpe de Estado. A argumentação consta na ação apresentada pela federação formada por PT, PCdoB e PV contra a nova legislação.

Na petição, as legendas sustentam que as mudanças aprovadas pelo Congresso reduzem excessivamente as penas aplicadas aos condenados pelos atos de 8 de janeiro e enfraquecem a proteção constitucional à democracia.

“O roubo de celular permanece mais tempo em regime fechado do que o golpista que tentou derrubar o governo demo-

craticamente eleito”, afirma o documento protocolado no STF.

“Inversão de valores”

Segundo os autores da ação, a nova regra permite que condenados pelos crimes previstos nos artigos 359-M-A e 359-M-B do Código Penal tenham redução de pena e progressão de regime em poucos meses.

O texto diz que, após a aplicação dos novos dispositivos, um condenado poderia progredir ao regime semiaberto “após aproximadamente 3 meses”. Em seguida, compara o cenário ao crime de roubo simples. “Compare-se com um condenado por roubo simples, que recebe pena mínima de 4 anos e deve cumprir 25% (1 ano) para progressão de regime”.

“Essa inversão de valores configura proteção manifestamente

deficiente ao bem jurídico ‘ordem democrática’, em violação ao dever constitucional de tutela adequada imposto pelo art. 5º, XLIV, da Constituição Federal”, afirma a ação.

A petição sustenta ainda que a lei cria tratamento mais brando justamente para crimes contra o Estado Democrático de Direito. “Trata-se de previsão que inverte completamente a lógica constitucional, que determina tratamento mais severo – não mais brando – às ações de grupos contra a ordem constitucional e o Estado Democrático”, afirma o documento.

A ação foi apresentada pelos partidos contra a chamada Lei da Dosimetria, promulgada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União). O caso tramita no STF sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

PF devolve equipamentos de jornalista que escreveu sobre Flávio Dino

A Polícia Federal (PF) devolveu, nesta quinta-feira (21/5), os equipamentos eletrônicos do jornalista Pablo Luís. Os aparelhos haviam sido apreendidos no dia 10 de março, por ordem do ministro Alexandre de Moraes (STF), após o comunicador escrever reportagem sobre o também ministro Flávio Dino.

A devolução de dois celulares e um notebook ocorre um dia após a coluna mostrar que o jornalista estava tendo dificuldades, junto à PF, para reaver o material apreendido, mesmo com autorização judicial de Moraes.

“Finalmente, depois de dois meses, mais de dois meses, recuperei meus equipamentos de trabalho, celular, os dois celulares, o HD externo e o meu MacBook. Obrigado a Deus! Quero agradecer a todos que me deram apoio, que se manifesta-

ram, a grande imprensa e todo mundo que me mandou mensagem. Amém!”, afirmou Pablo em vídeo enviado à coluna.

Os equipamentos haviam sido apreendidos pela PF durante operação autorizada por Moraes no âmbito de investigação sobre suposta perseguição à família de Flávio Dino. A medida ocorreu após a publicação de reportagens sobre o uso de um veículo ligado ao Tribunal de Justiça do Maranhão por familiares do ministro do STF.

Em abril, Moraes autorizou a devolução dos aparelhos após manifestação favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR), mas o material permaneceu retido por mais de um mês na Superintendência da PF no Maranhão.